Os Fundos solidários no Brasil e seu papel para o desenvolvimento local

No Brasil, existem cerca de 528 “Fundos Solidários”, mapeados pelo governo federal através da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2011. Os Fundos solidários são poupanças, geralmente financeiras, geridas coletivamente de propriedade de uma entidade da sociedade civil em que sua finalidade é conceder empréstimos a grupos ou empreendimentos de produção, comercialização ou serviços coletivos. Há também Fundos que realizam doações para iniciativas comunitárias, mobilizações sociais, ou reivindicações coletivas, ou também nas áreas de educação popular, formação para o exercício da cidadania, ou valorização da cultura popular das comunidades. No Brasil estas iniciativas compõem as Finanças Solidárias, ao lado das Cooperativas de Crédito Solidário e dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Jacques Mick analisa, em sua tese de doutorado a expansão do microcrédito no Brasil nos anos 1990 e tem uma contribuição aqui apontando uma divisão das tendências que o microcrédito tomou em dois paradigmas: o *liberal* e o *emancipatório*. José L. Coraggio propõe compreender o desenvolvimento local a partir de duas variantes: 1ª. Gerar condições no local para atender as demandas do capital. 2ª. Outro desenvolvimento: o endógeno, a partir da articulação comunitário-social. Nesta última há duas tendências: a localista ou a autonomista. A primeira é uma tendência globalizante do mercado. A crítica à primeira é a de gerar exclusão territorial e social. Já a segunda propõe uma integração “de baixo” (do local, da base) “para cima”. Este conceito também relaciona-se com o conceito de emancipação social, como descreve Antônio Cattani que “emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito”. O desafio é como alcançar a cidadania dos mais pobres em pleno domínio do sistema financeiro capitalista? Assim, Fundos Solidários são uma das práticas de Finanças alternativas da atualidade que conciliam apoio financeiro direto aos empreendimentos solidários com ações conjuntas de formação e organização popular. Eles vêm sendo compreendido como uma metodologia para o desenvolvimento local a partir do protagonismo dos seus beneficiários. Como formas de financiamento (na perspectiva emancipatória), relacionados com a economia solidária na perspectiva de promover a cidadania daqueles que se situam fora da dinâmica convencional do mercado. Mas não, como uma ampliação do sistema financeiro ao “novo nicho do mercado”: os pobres, sob a perspectiva liberal.